

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**LUCIANA FREIRE BARCELLOS**

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ,  
UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA JUVENTUDE  
COMO OS ALUNOS  
PERCEBEM A AÇÃO PEDAGÓGICA DO  
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ?**

**Rio de Janeiro**

**2017**

**Luciana Freire Barcellos**

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ,  
UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA JUVENTUDE  
COMO OS ALUNOS  
PERCEBEM A AÇÃO PEDAGÓGICA DO  
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ?**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Libania Xavier

**Rio de Janeiro**

**2017**

## BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dra. Libânia Nacif Xavier

---

Professora Dra. Ana Lucia Cunha Fernandes

---

Professor Dr. Jucinato Sequeira Marques

Não haveria motivos pra gente desanimar. Se houvesse remédio pra gente remediar. Já vai longe a procura da cura que vai chegar. Lá no céu de Brasília estrelas irão cair. E a poeira de tanta sujeira há de subir. Oya ( PÉRICLES, 2012)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir viver o sonho de me tornar Pedagoga.

A minha Mãe, por me incentivar, pelo amor, pela dedicação, pelo apoio e por ser mãe e pai praticamente a minha vida inteira.

Aos meus amados filhos Mariah, Marina, Luciano e ao meu sobrinho Caio, que sempre tiveram orgulho das minhas conquistas me tornando mais forte para não desistir.

A minha irmã única e preferida irmã Cristina por acreditar na minha capacidade e a Rogéria, minha querida irmã que a vida me deu, pelos momentos de descontração.

Ao meu marido Ralfa, parceiro de 23 anos, que sempre ao meu lado, proporcionou todas as condições para a conquista desse sonho.

A minha equipe de trabalho, que é a minha segunda família, pois tudo começou aí com vocês.

Aos meus queridos alunos de ontem, de hoje e de sempre, vocês são mais que especiais para mim.

Aos meus amigos da Pedagogia UFRJ, pela felicidade de compartilharmos grandes histórias dentro e fora da F E.

A minha querida orientadora de monografia Prof<sup>ª</sup>. Libania Xavier, pela construção de conhecimentos que ocorriam em suas aulas, por acolher meu projeto, por me orientar e auxiliar em minhas dúvidas.

**Resumo**

O objetivo desta monografia é analisar como os jovens aprendizes, alunos do CAMP Vila da Penha percebem a ação pedagógica desenvolvida pelo Programa Jovem Aprendiz. Analisamos também a Lei da Aprendizagem – 10.096/2000 como política pública para a juventude e os conceitos de juventude adotados pelo Estado. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que essa abordagem possibilita descrever as questões que o tema se encontra. Nesta monografia, analisei os documentos oficiais que informam sobre a Lei da Aprendizagem, o trabalho decente, assim como documentos da instituição pesquisada, com a finalidade de conhecermos a origem da entidade e dos alunos que estão inseridos no programa. Como resultado se conclui que a maioria dos sujeitos investigados entende como positiva a ação pedagógica desenvolvida pela instituição, além de verificar seus posicionamentos em reação as empresas que estão trabalhando e em relação ao Programa Jovem Aprendiz. Como referencial teórico foi utilizado Amabile (2012), Fonseca (2013), Pais (1999, 2003), Bourdieu (1983), ONU, OIT.

Palavras-chave: Jovem aprendiz, Lei da Aprendizagem, juventude, trabalho decente, política pública.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANTD – Agenda Nacional do Trabalho Decente

ANTDJ – Agenda Nacional de Trabalho para Juventude

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CONAP – Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem

CTRI - Comissão Tripartite de Relações Internacionais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PNETD - Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

SNAs - Serviços Nacionais de Aprendizagem

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1- POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE .....</b>	<b>13</b>
1.1-POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS DEFINIÇÕES.....	13
1.2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE .....	15
1.3 - CONCEITOS DE JUVENTUDE .....	17
1.4 - ONU E JUVENTUDE.....	20
1.5 - JUVENTUDE NO BRASIL .....	21
<b>2 - O DEBATE SOBRE TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE E A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.....</b>	<b>22</b>
2.1 - TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE .....	22
2.2 - APRENDIZAGEM E TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE .....	25
2.3 - A LEI DA APRENDIZAGEM.....	27
<b>3 - A INSTITUIÇÃO CAMP VILA DA PENHA, AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E OS ALUNOS .....</b>	<b>31</b>
3.1- CÍRCULO DE AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO – CAMP VILA DA PENHA.....	31
3.2 - ALGUMAS TEORIAS PEDAGÓGICAS.....	32
3.3 - OS ALUNOS E SUAS AVALIAÇÕES .....	35
<b>4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS: .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o Programa de Aprendizagem para jovens, que se constitui como uma ação de política pública, em especial para a juventude.

A pesquisa tem como objetivo principal, analisar, à luz dos depoimentos dos jovens participantes do Programa de Jovem Aprendiz, da entidade qualificadora CAMP Vila da Penha, se a ação pedagógica desenvolvida pelo Programa provoca impacto nas suas vidas profissional e pessoal.

A escolha pelo Programa Jovem Aprendiz baseia-se na relação profissional que tenho como professora nos cursos de formação profissional desenvolvidos pela instituição Círculo dos Amigos do Menino Patrulheiro – CAMP Vila da Penha, uma organização social sem fins lucrativos, situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Esta organização está cadastrada e autorizada pelo MTE, para desenvolver o Programa de Aprendizagem Profissional através da Lei nº 10.097/2000, além de manter parcerias com empresas privadas do estado do Rio de Janeiro, onde os jovens realizam as atividades práticas (trabalho).

Trabalho há vinte anos com inserção de jovens no mercado de trabalho. Sempre tive a convicção que realizava uma atividade que contribuía positivamente para a formação desse grupo, porém, ao ingressar na universidade, percebi que muitas vezes os projetos que tinham como finalidade o ingresso de jovens no mercado de trabalho, eram fortemente criticados. Tais críticas me incomodaram bastante, provocando vários questionamentos sobre a função pedagógica que se estabelece neste no Programa.

Resolvi investigar o olhar dos estudantes que estão participando do Programa Jovem Aprendiz, uma vez que estes não são ouvidos com frequência pelos órgãos responsáveis, enquanto o Estado, as Empresas e as Instituições que desenvolvem o programa estão sempre colocando o seu ponto de vista nos espaços apropriados para as suas falas.

Entendo que este trabalho pode ser relevante, visto que os atores envolvidos no Programa estão em constante participação em Fóruns realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para colocarem em discussão possíveis adequações no Programa Jovem Aprendiz. Cabe destacar, por certo, que este estudo não se encerra com a presente pesquisa.

Nosso interesse, com esta monografia, é enfrentar algumas questões que foram surgindo a partir de minha experiência profissional neste programa, demonstrando o que é

uma Política Pública; O conceito de juventude; O que é o Programa Jovem Aprendiz e qual é o olhar do jovem em relação ao Programa?

Assim, para encontrar pistas que encaminhem o entendimento das questões acima formuladas, vamos nos empenhar em alcançar os objetivos de descrever o funcionamento do Programa Jovem Aprendiz, a partir de minha própria experiência nesse Programa, bem como dos documentos oficiais e das percepções dos alunos; bem como, conceituar o termo Políticas Públicas no prisma do Programa Jovem Aprendiz; compreender o conceito de Juventude que o Estado utiliza quando elabora o Programa, a partir da leitura e interpretação dos documentos oficiais que o apresentam; conhecer as percepções dos estudantes a respeito deste Programa, com base nos cadastros de matrícula e em questionários elaborados para o interesse da pesquisa, e, por último, perceber como o Jovem recebe a ação pedagógica do programa.

A abordagem utilizada na pesquisa é qualitativa, visando o aprofundamento da compreensão de um grupo social, procurando entender e interpretar determinados comportamentos, bem como, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma determinada comunidade. É uma pesquisa exploratória, visto que não tem intuito de obter números como resultados.

De acordo com Canen (2002), as pesquisas qualitativas têm como características a rejeição a ideia de neutralidade, ênfase na interpretação, coleta de dados predominantemente descritivos, abordagem indutiva, ou seja, sem a necessidade previa formulação de hipóteses.

Portanto, os sujeitos desta pesquisa são 90 jovens que estão inseridos no Programa Jovem Aprendiz, com idade entre 16 e 22 anos, que moram nas zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro, tendo um pequeno grupo da Baixada Fluminense também.

O levantamento de dados foi realizado em dois momentos básicos, o primeiro referiu -se à delimitação do universo da pesquisa, que considerou o CAMP Vila da Penha, por facilitar o acesso às informações e o segundo que envolve o tamanho da amostra, visando espelhar a informação mais relevante para a pesquisa.

Para a coleta dos dados socioeconômicos dos jovens, foi consultado o cadastro social que a instituição faz para cada participante do programa. Neste cadastro é possível verificar informações como endereço atual, telefone, local de trabalho dos pais, renda familiar, escolaridade entre outros. Também foi elaborado um questionário com questões fechadas e abertas

Para consecução do objetivo geral da pesquisa foram elencados os objetivos específicos partindo das seguintes análises: o impacto da inclusão profissional oferecido pelo Programa Jovem Aprendiz à luz dos depoimentos dos entrevistados; o desenvolvimento

pessoal e a atuação profissional no mundo do trabalho, tendo por base as experiências dos participantes, o currículo proposto nos cursos de formação de aprendizagem do Programa de Aprendizagem Profissional e as possíveis mudanças no programa, sugeridas pelos jovens aprendizes.

A possibilidade de realizar a pesquisa, tendo por base um cunho crítico de análise da prática pedagógica, foi um dos pontos fundamental da investigação, principalmente porque foi executada com os atores fundamentais, os aprendizes, com a intenção de que fosse verificada, além da sua perspectiva de qualificação profissional, a análise da relevância do programa para suas vidas.

Sendo assim, foi válido perceber também qual o sentido da inserção social e econômica proporcionada pelo Programa Jovem Aprendiz, verificando os aspectos positivos e negativos do mesmo. Tal verificação, apoiada numa pesquisa de campo com questionário contendo questões fechadas e abertas, permitiu que fosse identificado se algo mudou na vida dos jovens pesquisados após a inserção no programa, se conseguiu ser incluso no processo econômico e social, suas conquistas, a partir da formação teórica que recebeu no programa de qualificação de aprendizagem oferecido no Programa de Aprendizagem Profissional.

Assim, tornou-se recomendável, de acordo com o sentido subjetivo da análise proposta, a realização de estudos que enfoquem, interprete e acompanhe as informações obtidas, com intuito verificar se, o Programa Jovem Aprendiz é de fato uma política pública que satisfaz às condições de inclusão na vida profissional ou se só atende as demandas temporárias destes jovens.

Empregamos nesta monografia realizamos dois tipos de pesquisa, buscando facilitar o entendimento do leitor. No que se refere à Pesquisa Bibliográfica, temos como definição de (Costa e Costa, 2009, p 17) “É aquela realizada em livros, revistas, jornais, etc. Ela é básica para qualquer tipo de pesquisa, mas também pode se esgotar em si mesma”. Já a pesquisa documental é conceituada pelos autores como aquela que utiliza documentos oficiais, tais como atas, regulamentos e sites oficiais.

Foram realizadas leituras sobre a definição de Políticas Públicas em Amabile, – Dicionário de Políticas Públicas, Fonseca – EMBAPE.BR- Scielo. Já, para o conceito de juventude buscamos nos orientar por alguns artigos de Antônio Pais e Pierre Bourdieu. Para a realizar um contraponto das teorias pedagógicas, analisamos Paulo Freire em suas obras: A Pedagogia do Oprimido e A Pedagogia da Esperança, além de Libâneo, Demerval Saviane e Mario Sergio Cortella. Já na Pesquisa documental, analisamos Manual da Aprendizagem, Lei da Aprendizagem (10.097/2000), as definições de Trabalho Decente de acordo com a OIT, o

conceito de juventude de acordo com a ONU, Estatuto da juventude e o Manual de Políticas Públicas para Juventude.

Parte da coleta de dados foi feita através de questionário, que de acordo com Viera, (2009) é um instrumento de coleta de dados, quando se quer atingir um grande número de indivíduos. Pode ser estruturado com questões abertas e fechadas, tem como vantagem atingir um grande número de pessoas e como desvantagem, a ausência do pesquisador no momento do preenchimento, segundo COSTA e COSTA, (2012). Nesta pesquisa o questionário apresenta questões fechadas e abertas. A outra parte da coleta de dados foi realizada a partir da análise dos cadastros socioeconômicos da instituição.

Desta forma, visando proporcionar ao leitor o entendimento deste programa, em suas potencialidades e em seus limites, decidimos dividir o conteúdo da seguinte forma:

A Introdução reproduz o que está na pesquisa, desenvolvendo a metodologia e anunciando o que irá tratar em cada capítulo.

No Capítulo 1, entendendo que para abordar o Programa como política pública torna-se necessário conhecer os principais conceitos sobre Políticas Públicas, bem como o conceito de política pública para a juventude.

No Capítulo 2, abordaremos o debate sobre trabalho decente e juventude, sobretudo por meio das publicações da OIT, da ONU e da Lei da Aprendizagem 10.096/2000. A seguir, apresentaremos o Programa em questão, tendo em vista os seus pressupostos e objetivos, bem como os resultados que afirma buscar.

No Capítulo 3, vamos abordar a instituição que constitui o nosso campo de pesquisa, atentando para as concepções pedagógicas que orientam o trabalho que eu própria exerce na referida instituição. Cumpre destacar que também buscaremos analisar as concepções dos alunos, jovens aprendizes, no que tange aos pontos positivos e aos questionamentos que eles identificam no Programa, a partir de questionário que enviaremos a eles, para que expressem as suas concepções a respeito.

Nas Considerações finais, nós sintetizaremos e reforçaremos algumas ideias fortes sobre a nossa pesquisa.

A Bibliografia demonstra os autores e as fontes que embasaram a presente pesquisa.

E por último, são apresentando os anexos, compostos pelos cadastros socioeconômicos da instituição CAMP Vila da Penha, além do questionário utilizado para a coleta de dados da pesquisa.

## 1- POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE

O presente capítulo objetiva analisar os principais conceitos sobre Políticas Públicas em uso e, sobretudo, as políticas para juventude, assim como o próprio conceito de juventude, acreditando que esse procedimento se torna necessário para o entendimento da pesquisa.

### 1.1-POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS DEFINIÇÕES

Para a definição de políticas públicas existem inúmeros conceitos que podem servir para definir o termo. O que é mais frequentemente aceito, pode ser traduzido na efetivação da representação legal das ações de um governo perante a sociedade, ou seja, referem-se a um conjunto de medidas legais oferecidas à sociedade, nas quais são desenvolvidos programas, são executados planos e projetos com fins de melhoria em diversos setores. O Dicionário Político afirma que:

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório. (AMABILE, 2012, p 390)

As políticas públicas de acordo com Amabile, “influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade”. Nessa perspectiva, grupos organizados se revezam como condicionantes dessas variáveis, buscando uma participação direta e indiretamente dos processos decisórios que as sustentam. Por esta razão, não se costuma definir antecipadamente quais seriam as finalidades principais das políticas públicas, senão de uma forma mais genérica, com o por exemplo, o atendimento do interesse da coletividade.

Em (AMABILE, 2012, p 391) afirma que, “O estudo das políticas públicas considera quatro etapas principais: formulação, execução, monitoramento e avaliação”. Para o autor, este esquema tem efeito didático, por permitir a visualização desde a inclusão da política pública na agenda governamental até a avaliação de sua real efetividade, porém, não

reflete a improvisação caótica que normalmente marca as políticas públicas latino-americanas, passíveis de evolução que integram os esforços científicos à prática.

Francisco Fonseca, numa revisão crítica aos conceitos sobre políticas públicas, expressa:

A expressão “políticas públicas” tornou-se de domínio comum nos últimos anos e frequente nos discursos eleitorais e governamentais, no debate público, na academia e nas organizações politicamente organizadas da sociedade. Conforme aludido, é definida de forma minimalista como “o governo em ação”, entre diversas outras definições possíveis, e sua viabilização só é possível se houver um projeto definido e a mobilização de recursos orçamentários, humanos, informacionais, legais e logísticos. (FONSECA, 2013, p 403)

Para este autor, a expressão política pública é invocada, muitas vezes de forma distinta, fazendo deste termo algo com aparência “neutra” e “consensual”, pois supostamente voltada ao “bem público” e ao “bem-estar social”. Desta forma, ninguém discordaria de programas das mais variadas ordens, cujos objetivos seriam diminuir e/ou resolver problemas que afetam grande número de pessoas e, conseqüentemente, o país. Fonseca ressalta a importância de perceber a intencionalidade que se apresenta neste conceito,

Pois bem, essa imagem “generosa” das “políticas públicas”, em que todos ganham e ninguém perde ou discorda – a referida “naturalização” –, é não apenas falsa como representa verdadeira armadilha à compreensão de seu significado, na medida em que encobre disputas de poder. (FONSECA, 2013, p 404)

Fonseca considera que no “mundo real” da política, as políticas públicas expressam uma infinita teia de interesses, que alia desde a capacidade técnica de elaborar e implementar um certo programa, as diferenças orçamentárias, e as combinações e recombinações de interesses em cada etapa do ciclo. A visão e a percepção do cidadão sobre um determinado projeto e mesmo sobre um determinado governo são resultados desse complexo processo, que tem a mídia como um ator fundamental, em razão de sua capacidade de intermediar relações sociais aproveitando-se da forma “neutra e imparcial que representa os interesses privados e a “esfera pública”, que intenta representar à sua maneira. (Fonseca, 2013)

Bowe & Ball<sup>1</sup> acreditam que a formulação e implementação das políticas públicas não são neutras, apresentando uma variedade de intenções e disputas que influenciam diretamente o processo político.

Os referidos autores indicaram um ciclo contínuo nas propostas políticas constituído por três aspectos principais, o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates.

As considerações acerca dos conceitos sobre políticas públicas justificam-se para a compreensão do próximo termo políticas públicas para juventude, a serem abordados a seguir.

## 1.2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

As políticas públicas para juventude se apresentam como ações que visam desenvolver programas que atendam a demanda desta camada social, visto que o “Brasil tem cerca de 50 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos. Muitos deles demonstraram determinação em assegurar seus direitos”. (BRASIL, 2014)

O Governo Federal afirma que está atento às demandas dessa parcela da população e que tem avançado com ações e políticas públicas voltadas para a juventude. No ano de 2013 foi sancionada a lei que instituiu o Estatuto da Juventude, onde, as principais novidades são o direito de estudantes a pagar meia passagem nos ônibus interestaduais e direito a meia entrada em atividades culturais para jovens de baixa renda (com renda familiar de até 2 salários mínimos). Em cada evento, os produtores poderão limitar em 40% o percentual de ingressos vendidos com desconto, para ambos os públicos. Os jovens de baixa renda e estudantes que estiverem além deste percentual não terão o direito.

Esta lei também estabelece acesso a direitos básicos, como justiça, educação, saúde, lazer, transporte público, esporte, liberdade de expressão e trabalho. De acordo com a secretária nacional da Juventude da época, Severine Macedo, o Estatuto foi uma conquista importante dos jovens, mas que ainda existem desafios. “Estamos caminhando pra que essa política de juventude seja incorporada como política de Estado.” (SNJ, 2014). A secretária

---

<sup>1</sup>BOWEL e BALL, *Reforming Education and Changing Schools*, publicado em 1992, (Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>)

também reconheceu na ocasião, que apesar das conquistas alcançadas, ainda existem muitos desafios a serem superados.

“A gente já conquistou muito, mas precisamos ir além. Essa geração comanda essa população que ascendeu de classe, que teve acesso ao emprego com carteira assinada, mas ainda persistem algumas desigualdades fortes”, explica Macedo. (SNJ, 2014)

Na área da educação, o Governo Federal desenvolve políticas públicas que visam o acesso aos ensinos superior e técnico e também ao emprego com a criação de programas como:

- Criado em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) já recebeu investimento de R\$ 14 bilhões e, em fevereiro deste ano, ultrapassou 5,8 milhões de matrículas em todo o País.
- As operações de crédito com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por meio do Banco do Brasil e da Caixa, já promoveram a assinatura de 760 mil contratos, com um investimento total aproximado de R\$ 25 bilhões até o final de 2012.
- Em 2014, 400 mil bolsas do ProUni já foram ofertadas e 2,4 milhões de candidatos se inscreveram para o Sisu.

A secretária da Juventude afirma que é preciso aprofundar essas transformações e dialogar com os desafios novos que os jovens têm apontado nas conferências, nos conselhos e também recentemente nas manifestações, ampliando a qualidade dos serviços públicos e o acesso a eles.

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) tem como objetivos, formular, executar, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude no âmbito do Governo Federal, de articular, promover e executar programas de cooperação com diversos setores públicos e privados voltados à juventude. A SNJ criou no ano 2014 o Observatório Participativo da Juventude (Participatório), que é espaço interativo de promoção da participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude. Para a SNJ, o espaço virtual para os jovens tem o objetivo de ser um espaço de produção do conhecimento, para que seja um local para a disseminação de pesquisas, estudos e dados estatísticos, ou seja, um site de trocas entre pesquisadores.

Em 2013 foi lançada pela SNJ a Cartilha Nacional da Juventude, procurando trazer recomendações e contribuir com o poder público e a sociedade civil na institucionalização das políticas públicas de juventude nos municípios. A intenção é também dialogar com um

conjunto de experiências já existentes e com as diversas publicações sobre o tema (SNJ, 2013).

A Secretaria da Juventude acredita que a política de juventude faça realmente diferença na vida dos jovens e que precisa ser ampla, integrada, com um leque de opções que abranja as reais necessidades das juventudes, acontecendo no território, com o compromisso do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais.

Ao pensarmos em políticas e planos de ação referentes às demandas da juventude, pressupõe-se uma reflexão em torno da conceituação do tema. Para isso, vamos abordar a seguir as principais questões sobre o assunto.

### 1.3 - CONCEITOS DE JUVENTUDE

O formato heterogêneo do “ser jovem” nas sociedades modernas nos impõe o desafio de compreender tal fenômeno em suas múltiplas dimensões. Sendo assim, se faz necessário relativizar as definições que abordam a juventude como sendo uma mesma experiência vivida por todos, ressalta (PAIS, 1990, p 139):

Quer isto dizer que a teoria sociológica se vê cada vez mais confrontada com a necessidade de estabelecer rupturas com as representações correntes da juventude, isto é, de estabelecer rupturas com a doxa dominante, tentando, em contrapartida, desenvolver, em relação à realidade socialmente construída que é a juventude, outra doxa mais firme que a espontânea, sem que hesite é mesmo uma necessidade em tornar-se paradoxal.

Pierre Bourdieu (1983) afirma que assumir a juventude como um fenômeno unívoco, independente de clivagens sociais, é uma tentativa de manipulação da realidade, pois não considerar as diferentes oportunidades vivenciadas por jovens de distintas classes sociais resultaria em análises caricaturais do fenômeno. Com o título “A juventude é apenas uma palavra”, o autor afirma: “O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas”. (Bourdieu, 1983, p 112).

O autor concorda que as divisões entre idades seriam arbitrarias: “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém”. Desta forma, os cortes, em classes de idade ou em gerações, teriam uma variação interna e seriam objetos de manipulação, defendendo que ignorar as diferenças de classes no estudo da juventude significa contribuir para a ideologia dominante de reprodução de privilégios.

Em MARGULIS & URRESTI (apud Pereira, Alexandre,<sup>2</sup> 2010) é feito um contraponto às afirmações de Bourdieu, onde coloca que “Juventude não é apenas uma palavra”, considerando que juventude é uma etapa que combina amadurecimento biológico e imaturidade social. Podendo ser entendida por dois caminhos: o da descrição puramente biológica, que considera as transformações e capacidades do corpo e a idade; e o entendimento sociológico, que nos permite uma discussão avançada sobre o tema, considerando os aspectos biológicos, porém, sobretudo, os culturais, sociais e de classe. Para eles, ser jovem, não depende somente da idade biológica ou como condição do corpo. Também não depende do setor social, com a possível possibilidade de aceitar de maneira diferencial a uma moratória, a uma condição de vantagem. Margullis afirma que se faz necessário considerar também o fato geracional, a situação cultural, a socialização dos jovens com códigos diferentes, incorporação de perceber, de apreciar e de ser competente em novos hábitos e habilidades. Além de reconhecer elementos que distanciam às gerações mais novas das gerações mais antigas.

Analisando esses aspectos, a trajetória escolhida para aprofundar o assunto, seguirá a narrativa da sociológica, que mobiliza com frequência, duas perspectivas teóricas para lidar com o tema da juventude. De acordo com Pais (1990), é possível reconhecer uma intenção, que toma a juventude como um conjunto social constituído, principalmente, de sujeitos pertencentes a uma dada etapa da vida, prevalecendo o caráter de homogeneidade que constitui certa cultura juvenil, definida por termos etários. Outra tendência é a que visualiza a juventude como um conjunto diversificado, heterogêneo, com várias culturas juvenis, que supõe diferentes tipos de classes, situações econômicas, interesses, oportunidades no mundo do trabalho, entre outros critérios. O autor declara que:

Se as culturas juvenis aparecem geralmente referenciadas a conjuntos de crenças, valores, símbolos, normas e práticas que determinados jovens dão mostras de compartilhar, o certo é que esses elementos tanto podem ser próprios ou inerentes à fase de vida a que se associa uma das noções de «juventude», como podem, também, ser derivados ou assimilados: quer de gerações precedentes (de acordo com a corrente geracional da sociologia da juventude), quer, por exemplo, das trajetórias de classe em que os jovens se inscrevem (de acordo com a corrente classista). (PAIS, 1999, p 149)

---

<sup>2</sup> PEREIRA, Alexandre B. Muitas Palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais, 2010

De acordo com o autor, na corrente geracional os jovens são classificados em torno do fator etário. Estes indivíduos seriam vinculados pelo sentimento de pertencimento a um grupo que compartilha diferentes características, como a mesma faixa de idade, interesses, visão de mundo entre outros atributos que os diferenciariam dos demais grupos etários.

Segundo o autor, as transições da adolescência para a vida adulta, ocorriam predominantemente em espaços estriados. Porém, entre muitos jovens, as transições encontram-se atualmente sujeitas às culturas performativas que emergem das discordâncias em que se têm constituído os cotidianos juvenis. “Ou seja, as culturas juvenis são vincadamente performativas porque, na realidade, os jovens nem sempre se enquadram nas culturas prescritivas que a sociedade lhes impõe”. (PAIS, 2006, P 7)

A questão, a que se dedicam os adeptos dessa perspectiva, é compreender como os valores geracionais são internalizados pelos jovens e se há continuidade ou ruptura, deste processo na socialização dessas pessoas nesta fase da vida. Desta forma, os jovens seriam representantes de uma cultura juvenil, que tanto pode discordar dos valores consolidados por gerações mais velhas quanto pode ser complementar a essa.

Um resultado relevante é a necessidade de interpretar a cultura juvenil como cultura de resistência. Os jovens podem compartilhar valores seriam reflexos dos valores de suas respectivas classes sociais. A cultura juvenil seria especificamente uma vertente da luta de classes moderna. A corrente classista valoriza e ressalta a ação social, cultural e política dos jovens, como forma de contestação e resistência a ordem vigente. Este viés de análise se justificaria pela proposta de desmistificar o conceito de homogeneidade da juventude, partindo da demonstração dos efeitos que as desigualdades sociais possuem para a determinação da trajetória de sujeitos de diferentes classes.

É importante ressaltarmos para o conceito de juventude que é frequentemente mobilizado nos estudos de estratificação social. É comum a ênfase na juventude como um período de transição para a vida adulta. Porém há diversos usos das perspectivas teóricas apresentadas, em especial a perspectiva classista, que reforça a caracterização da juventude como uma fase essencialmente transitória, vivida entre a infância e a fase adulta. A corrente classista avança a discussão sobre a interpretação do conceito de juventude. Porém, é necessário ter cuidado para não cair na armadilha da padronização das trajetórias, dessa vez sobre o viés de classe. Aspectos da corrente geracional também chamam a atenção, pois o pertencimento a uma geração deve ser levado em consideração, visto que, cada sujeito experimenta condições socioeconômicas e culturais específicas de seu período de nascimento.

Tais condições são importantes para nos informar sobre o momento vivido por cada geração, que influencia os seus membros para além das desigualdades sociais.

#### 1.4 - ONU E JUVENTUDE

A Organização das Nações Unidas – ONU, também estabeleceu a definição de juventude em 1985. Em virtude do Ano Nacional da Juventude, com a finalidade de descrever diretrizes para posterior planejamento e acompanhamento adequado para o campo Juventude e para fins estatísticos, onde:

[...] definiu como jovens as pessoas entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo de outras definições de Estados Membros. Quando a Assembleia Geral aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude até ao Ano 2000 e posteriormente, reiterou que a Assembleia Geral definia a juventude como a coorte etária 15-24. No entanto, acrescentou que, para além da definição estatística do termo juventude referida atrás, o sentido do termo juventude variava em diferentes sociedades em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudado continuamente como resposta a flutuações das circunstâncias políticas, económicas e socioculturais. No entanto, desde 1985, todos os serviços estatísticos do sistema das Nações Unidas têm utilizado a coorte etária 15-24 para a recolha de estatísticas mundiais sobre a juventude” (ONU, 2010)

A ONU (1996) em Assembleia Geral reconhece que os jovens de todos os países são recursos humanos importantes para o desenvolvimento, bem como agentes fundamentais de mudança social, desenvolvimento económico e inovação tecnológica. Percebendo que, de acordo com a maneira e como os desafios e os potenciais dos jovens são tratados pelas políticas públicas, vai influenciar as condições sociais e económicas atuais, assim como o bem-estar e os meios de vida das futuras gerações.

Na ocasião, também foi evidenciado que mulheres e homens jovens em todos os lugares do mundo desejam a plena participação na vida da sociedade, reconhecendo desta forma que, desde a comemoração do Ano Internacional da Juventude - Participação, Desenvolvimento e Paz, - têm ocorrido um período de mudanças políticas, económicas e socioculturais fundamentais no mundo.

A ONU então adotou o Programa de Ação Mundial para a Juventude onde pretendia até o Ano 2000, desenvolver ações em dez áreas prioritárias identificadas como: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, abuso de drogas, delinquência

juvenil, atividades de lazer, meninas e mulheres jovens, estimulando a plena e efetiva participação dos jovens na vida da sociedade e nos processos de tomada de decisão.

### 1.5 - JUVENTUDE NO BRASIL

No Brasil, foi sancionado em 05 de agosto de 2013, pela Presidente Dilma Rousseff, o Estatuto da Juventude, aprovado em julho pelo Congresso Nacional. Segundo (Brasil, 2013), “O estatuto trata dos direitos da população jovem entre 15 a 29 anos, além de definir os princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbito federal, estadual e municipal”. Desta forma, para as leis brasileiras a definição de juventude conforme o Capítulo 1 do Estatuto da juventude informa que,

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (Lei nº 12.852 de 05/08/2013- Estatuto da Juventude)

Nessa perspectiva, os jovens são todos os sujeitos que estão na faixa etária que compreende as idades entre quinze e vinte e nove anos, porém a Lei da aprendizagem descreve como jovem, todos que estão com idade entre quatorze e vinte e quatro anos.

A presente apresentação dos aspectos teóricos que se dedicam ao estudo da juventude é apropriada para demonstrar a complexidade do objeto em discussão e a necessidade de se pensar em estratégias mais abrangentes para lidar com o tema no âmbito da teoria sociológica, da política e da educação. O tema juventude propõe políticas públicas para os jovens, onde cria expectativas para o futuro dos mesmos. Estas propostas políticas devem avançar no sentido de analisar o fenômeno em si mesmo e não como uma mera passagem para outra etapa no ciclo de vida, conforme procuraremos demonstrar no próximo capítulo.

## **2 - O DEBATE SOBRE TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE E A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ**

Neste capítulo avançaremos na discussão a respeito da relação entre trabalho decente e juventude, tomando como base documentos da OIT e na Lei da Aprendizagem 10.096/2000. Tendo em vista que é este debate que está na origem do Programa Jovem Aprendiz, vamos também descrever as linhas e objetivos gerais deste Programa, seu funcionamento e o público alvo.

### **2.1 - TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE**

Para aprofundarmos nosso debate sobre juventude e trabalho, recorreremos às fontes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que:

“é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.” (OIT)

Na busca para conceituar o trabalho decente em âmbito mundial, esta organização:

Sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (OIT, 1999)

A Organização tem o Trabalho Decente como ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT norteado pelo “respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998”. Definindo desta forma, os seguintes objetivos:

- (i) Liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
- (ii) Eliminação de todas as formas de trabalho forçado;
- (iii) Abolição efetiva do trabalho infantil;

(iv) Eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Desde 1950, a OIT mantém representação no Brasil, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história. Atuando com promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social. Essa atuação da OIT no Brasil tem ocorrido no período recente, com:

[...] apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens, entre outras. (OIT)

O Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), em maio de 2003, atendendo de acordo com a OIT ao “Memorando de Entendimento para a promoção de uma agenda de trabalho decente no país”, assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, em junho de 2003.

Durante o processo de implantação da Agenda, as organizações de empregadores e de trabalhadores devem ser consultadas permanentemente. Esta Agenda define três prioridades que são:

- A geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento;
- A erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas;
- O fortalecimento dos atores tripartites<sup>1</sup> e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

O Brasil ganha destaque por ser o pioneiro no estabelecimento de agendas subnacionais de Trabalho Decente. O Estado da Bahia lançou sua agenda em dezembro de 2007 e o Estado de Mato Grosso realizou em abril de 2009, a sua Conferência Estadual pelo Trabalho Decente, como mesmo objetivo. Vale ressaltar que:

“Entre 2003 e 2010, diversas instâncias consultivas e deliberativas sobre o tema foram constituídas, tendo sido possível construir consensos importantes no campo da promoção do trabalho decente no país”. (OIT)

O Ministro do Trabalho e Emprego - MTE, por ocasião da XVI Reunião Regional Americana da OIT, lançou em maio de 2006 em Brasília, a ANTD. Período durante a qual também foi lançada, pelo Diretor Geral da OIT, a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente - AHTD. Com o objetivo de contribuir à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais, a ANTD tem como estrutura as mesmas três prioridades já citadas.

A ANTD foi elaborada por um grupo de trabalho interministerial coordenado pelo MTE, com assistência técnica permanente da OIT, e submetida à consulta no âmbito da Comissão Tripartite de Relações Internacionais - CTRI, a ANTD estabelece resultados esperados e linhas de ação para cada uma das prioridades definidas.

Outro passo importante foi a elaboração do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente - PNETD, a partir de uma proposta construída por um grupo interministerial mais amplo que o anterior, também coordenado pelo MTE e com a assistência técnica da OIT.

Em 4 de junho de 2009 foi formalizado, por Decreto Presidencial, o Comitê Executivo Interministerial encarregado da elaboração do PNETD, concebido como um instrumento de implementação da ANTD. Este mesmo Decreto que criou o Comitê Interministerial instituiu o Subcomitê da Juventude, com o objetivo de elaborar uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), que se estabelecia em torno de quatro prioridades:

- 1) Mais e melhor educação: elevação do acesso e qualidade em todos os níveis de ensino para os/as jovens, com igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça, elevação da escolaridade, melhor ensino médio profissionalizante e tecnológico, ampliação do acesso ao ensino superior, mais e melhor acesso ao patrimônio cultural brasileiro; implementação de políticas públicas para garantir a observância efetiva da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho conforme legislação brasileira vigente, e implementação da política pública de educação do, no e para o campo.

- 2) Conciliação de estudos, trabalho e vida familiar: ampliar as oportunidades e possibilidades de conciliação entre os espaços do trabalho, dos estudos e da vida familiar e em sociedade para os/as jovens trabalhadores e estudantes, de forma que o trabalho não se sobreponha ou mesmo prejudique as trajetórias educacionais e de integração social.

3) Inserção ativa e digna no mundo do trabalho: mais e melhores empregos e outras oportunidades de trabalho para os/ as jovens com igualdade de tratamento e de oportunidades:

a) ampliação das oportunidades de emprego assalariado e melhoria de sua qualidade; igualdade de oportunidades e de tratamento; promoção da saúde do/a trabalhador/a; combate às causas da rotatividade; acesso à terra, trabalho e renda no campo;

b) melhorias na qualidade dos empregos, com ampliação das oportunidades no campo dos “empregos verdes”;

c) geração de trabalho e renda através da economia popular e solidária, associativismo rural e do empreendedorismo.

4) Diálogo social: ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho; estimular as condições de participação juvenil urbana e rural nos instrumentos de defesa de direitos do trabalho, na organização sindical e nas negociações coletivas.

Segundo a ANTDJ (2011), “Trabalho Decente é definido como o trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. Desta forma, um programa de inserção de trabalho decente para a juventude, deve ser orientado pelas quatro prioridades que a Agenda estabelece como fundamentais, para a garantia dessa proposta de trabalho.

A seguir, passarei à Lei da Aprendizagem, me ocupando do seu conceito e funcionamento, para que as questões que permeiam a pesquisa sejam esclarecidas.

## 2.2 - APRENDIZAGEM E TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE

A aprendizagem é reconhecida como um mecanismo de promoção do trabalho decente e base de trajetórias mais promissoras para a juventude, em razão de sua própria configuração de contrato de trabalho especial, conforme reza o Artigo 428 da CLT. Tanto assim que motivou a inclusão do tema na Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), em 2006, e, mais recentemente, em 2012, na Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), ambas norteadoras de políticas e ações relacionadas ao compromisso firmado entre o governo brasileiro e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2003. (IPEA, 2013, p 46)

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA é possível identificar na aprendizagem, elementos que justifiquem o seu caráter de trabalho decente, uma vez que as prioridades estabelecidas na Agenda Nacional de trabalho Decente para a Juventude são cumpridas. Pois podemos verificar que em (IPEA 2013)

- A primeira das prioridades – mais e melhor educação – está plenamente atendida na própria lei que vincula a validade do contrato de aprendizagem à frequência escolar do aprendiz, bem como sua matrícula em programa técnico pedagógico desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnica profissional metódica”. Promovendo também as condições para que a transição entre a escola e o mundo do trabalho aconteça de forma progressiva, “a fim de que o contato do adolescente ou jovem com os processos das organizações empresariais ocorra de maneira que o aspecto formativo se sobreponha ao produtivo”.
- Ainda de acordo com Agenda, a segunda prioridade que diz respeito a conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar, também parece se cumprir visto que a define a partir da lei (Artigo 432 da CLT), que proíbe prorrogação de jornadas, sendo comum as de quatro horas diárias para adolescentes e seis horas para quem concluiu o ensino médio, em respeito ao tempo dos estudos regulares e de atividades esportivas e culturais. Tal prioridade ocupa-se em garantir os direitos previdenciários, coibir os desvirtuamentos de contratos e a precarização da mão de obra barata.
- A inserção digna no mundo do trabalho, terceira prioridade, sem dúvida, aumenta as chances de uma trajetória mais segura na vida laboral futura, a partir das possibilidades que se descortinam para o jovem durante todo o processo.
- O Diálogo social é a quarta prioridade e entende-se como alcançada, uma vez que deve permear as relações de trabalho, para que este seja considerado decente do ponto de vista conceitual, conforme proposto pela OIT.

No final de 2008, foi instituído pelo Ministério do Trabalho, o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional, que tem com proposta favorecer o diálogo social entre os atores da aprendizagem, quando afirmando que:

Este fórum é um espaço – coordenado pelo MTE para mobilização de governantes, empregadores, sindicatos de classes, entidades formadoras, sociedade civil organizada, conselhos e órgãos de proteção e promoção de direitos de adolescentes e jovens – em que se procura identificar as demandas e ações que devem estruturar uma política pública orientada e com resultados monitorados pela ação estatal. (IPEA, 2013, p 47)

O Fórum Nacional da Aprendizagem ocorre em diversos estados, visando o equacionamento de questões que necessitam de articulação em nível local, porém, ele ainda carece de uma participação mais ativa dos próprios aprendizes para que se constitua em um verdadeiro espaço de diálogo social. Além do Fórum Nacional da Aprendizagem, existem também os Fóruns Estaduais – FEAP<sup>3</sup> com a mesma proposta de promover o diálogo entre os sujeitos que participam deste espaço.

### 2.3 - A LEI DA APRENDIZAGEM

A modalidade aprendizagem é estabelecida pela Lei nº.10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005<sup>4</sup>, que estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador contratar o número de aprendizes que melhor atenda às suas necessidades. Quando houver frações de unidade, estas darão lugar à admissão de um aprendiz conforme Artigo 429, caput e § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. São retiradas as funções gerenciais, as de nível superior e de nível técnico da

---

<sup>3</sup> O Fórum Estadual de Aprendizagem Profissional no Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Portaria MTE nº 1.232, de 22 de julho de 2009, é um espaço permanente de discussão de questões relativas à aprendizagem profissional.

<sup>4</sup> DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências estabelecendo os parâmetros necessários ao fiel cumprimento da legislação.

base de cálculo. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos.

Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação.

A carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição da aprendizagem. A Lei também se apresenta como ferramenta para Erradicação do Trabalho Infantil, visto que fica expressamente proibido a contratação de menores de quatorze anos como jovem aprendiz.

A Lei se aplica para as empresas que se encontram nos moldes determinados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, onde é estabelecida a cota de jovens aprendizes de acordo com as funções que demandem a aprendizagem. A partir desse momento, as empresas procuram as Entidades Qualificadoras, que podem ser:

1-Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNAs):

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

2- As escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas.

3- As entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) (Artigos 429 e 430 da CLT).

Com a intenção de orientar as entidades qualificadoras na elaboração de programas de aprendizagem, foi criado o CONAP, que tem o objetivo de:

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 723 de 2012, criou o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CONAP) destinado ao cadastramento das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, definidas pelo Decreto nº 5.598 de 2005, que regulamenta a contratação e a formação profissional de aprendizes. ( MTE, 2016)

Todas as Entidades Qualificadoras precisam ser cadastradas no MTE, e possuem os cursos registrados e validados pelo mesmo. Estas informações ficam disponíveis no site do Ministério do Trabalho. Também cabe às entidades, matricular os jovens em uma Turma no Sistema Juventude WEB<sup>1</sup> do Ministério do Trabalho. A Entidade deverá também gerar e fornecer um relatório da Turma Matriculada e dos Jovens.

Os cursos são formatados seguindo os critérios do Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem – CONAP, que foi criado com base nas diretrizes legais da educação profissional e tecnológica e em concordância com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Seu principal objetivo é orientar as entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, definidas no art. 8º do Decreto 5.598, de 1º de dezembro de 2005, e direcionar a elaboração dos programas de Aprendizagem Profissional.

Organizado por famílias ocupacionais, conforme agregação utilizada na CBO, o CONAP enumera as atividades realizadas pelo profissional, classifica requisitos especiais de idade e escolaridade para o exercício da ocupação, quando isso se justifica, e indica a carga horária total do programa considerando o nível de complexidade técnica da ocupação. Devido à diversidade encontrada no público beneficiário da Lei, a carga horária total estabelecida neste CONAP para determinado CBO poderá ser desenvolvida em diferentes jornadas, o que causa impacto na duração do programa, mas não implica cadastro de um novo curso pela entidade ou sujeição do programa a outro processo de validação.

O CONAP é uma publicação quadrimestral o que permite a inclusão de novos programas pelas entidades formadoras, após a análise da coerência da proposta pedagógica. Após seguir as orientações do CONAP, o curso precisa ser cadastrado na plataforma Juventude Web, entregar a documentação referente à Entidade Qualificadora, ao curso pretendido e aguardar a validação do mesmo, que é realizada por técnicos do MTE de Brasília. Até o presente momento, a sua última edição foi em janeiro de 2017.

A duração do Curso varia de acordo com a carga horária que o aprendiz vai realizar na empresa, somando a atividade teórica com atividade prática. Desta forma o jovem aprendiz pode desenvolver a atividade prática quatro vezes na semana e a teórica em um dia semanalmente. Outro formato seria o de oito horas diárias semanalmente, sendo duas horas de atividades teóricas e seis horas de práticas. Para participar do programa, os jovens precisam estar na faixa etária de 14 a 24 anos incompletos (exceto no caso de pessoas com deficiência, quando não há limite de idade) e estar cursando ou ter terminado o Ensino Fundamental/Médio.

No contrato de trabalho do jovem aprendiz fica estabelecida a duração do contrato, o CBO que identifica a função que vai ser realizada na empresa, o salário que é estabelecido por hora e tem como base de cálculo o piso salarial regional, ou acordo de convenção sindical. Constan também nesta minuta, os dias das atividades práticas e teóricas e a carga horária respectivamente. Também se faz necessária a anotação na carteira de trabalho. O jovem Aprendiz tem todos os direitos e deveres previstos na CLT, já as empresas recolhem os impostos que lhes são atribuídos, porém o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS é de dois por cento, ao invés de oito por cento, conforme o regulamentado pela Lei Trabalhista. Neste tipo de contrato, as empresas são dispensadas do pagamento da multa rescisória. Após o término do contrato, o aprendiz pode sacar o FGTS.

Na intenção de facilitar o esclarecimento sobre os procedimentos Legais, para as empresas que são participantes do programa Jovem Aprendiz, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou em 2009 o Manual da Aprendizagem, onde afirma que:

Este Manual da Aprendizagem, editado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem como proposta esclarecer todas as questões relacionadas à Lei da Aprendizagem e, assim, orientar os empresários sobre os procedimentos que devem ser adotados para a contratação de aprendizes. (MTE, 2017, p 9)

Neste manual é possível encontrar respostas para os principais questionamentos que contemplam o assunto, como por exemplo, calcular o salário do aprendiz, hora extra (não permitida sob hipótese alguma), a substituição da carga horária teórica pela prática, entre outras dúvidas que circulam neste espaço da aprendizagem. As publicações são atualizadas anualmente, com o propósito de incluir as possíveis alterações que a Lei da Aprendizagem possa sofrer com o decorrer dos períodos.

No próximo capítulo, serão apresentadas as características da Instituição que iremos analisar no âmbito do referido Programa; bem como as teorias que fundamentam o conceito de pedagogia que adotamos em nossa prática e seus desdobramentos nas diversas áreas de atuação. Por fim, serão apresentadas as avaliações dos alunos, com base nas respostas recebidas.

### **3 - A INSTITUIÇÃO CAMP VILA DA PENHA, AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E OS ALUNOS**

Este capítulo tem o propósito de apresentar a instituição que foi o campo da pesquisa, o conceito de ação pedagógica na visão da autora deste trabalho, assim como os sujeitos da pesquisa e suas considerações.

#### **3.1- CÍRCULO DE AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO – CAMP VILA DA PENHA**

O Programa Patrulheirismo foi criado em 1962 na cidade de São Carlos, em São Paulo, pelo Juiz da Vara das Execuções Criminais, Corregedoria dos Presídios do Estado e da Polícia Judiciária de São Paulo Dr. Marino Costa Terra, visando dar aos menores carentes um destino melhor daquele que lhes era oferecido. Dado o sucesso de sua ideia, ele passa a viajar por muitas cidades divulgando seus projetos e êxitos obtidos. Nessa empreitada fez com que muitas cidades adotassem o Patrulheirismo como uma oportunidade de mudança para a juventude. Mesmo aposentado, o Dr. Marino continuou na luta em prol dos menores.

O Círculo dos Amigos do Menino Patrulheiro da Vila da Penha (CAMP), localizado na em Vaz Lobo, seguindo a filosofia do Patrulheirismo, foi implantado em 1992, com o apoio da FEEM<sup>5</sup>, atual Fundação para Infância e Adolescência - FIA<sup>6</sup>. Desde então, a Entidade desenvolve ações que tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, contribuindo para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

Nas seguintes modalidades: Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz. São também ações da Entidade o acompanhamento dos adolescentes e jovens alocados nas empresas; acompanhamento dos rendimentos e da frequência escolar; banco de currículos; mobilização e fortalecimento de redes socioassistenciais; atendimentos às demandas imediatas; mobilização de novas parcerias e convênios; banco de dados de usuários e

---

<sup>5</sup> FEEM- Fundação Estadual de Educação do Menor, atualmente FIA.

<sup>6</sup> FIA - Órgão público integrante da administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. É hoje o principal ente público do Poder Executivo para as ações de proteção à criança e ao adolescente, no contexto do Sistema de Garantia de Direitos (SDG), no Estado do Rio de Janeiro.

organizações, elaboração de relatórios, prontuários; participação em fóruns, conselhos, workshop, assembleias e seminários.

Cerca de 6.000 adolescentes já foram inseridos no mercado de trabalho e muitos hoje assumem posições de destaque em grandes empresas. O CAMP VILA DA PENHA conta com a parceria de 33 empresas privadas, onde os jovens atendidos nos programas da instituição desenvolvem suas atividades práticas (trabalho). A instituição defende os seguintes objetivos:

Missão: Promover uma educação que busque o desenvolvimento pessoal, profissional e contribua para a qualidade de vida dos sujeitos que participam do programa, bom como de seus familiares.

Visão: Atingir com nossos projetos o desenvolvimento de jovens, através da inserção no mundo do trabalho.

Valores: Transparência; Profissionalismo; Ética; Respeito

O CAMP Vila de Penha, por atender as exigências do Ministério do Trabalho, está cadastrado como entidade qualificadora para desenvolver o Programa Jovem Aprendiz, que tem caráter técnico- pedagógico. Para esclarecer como é desenvolvido o processo pedagógico desta instituição, abordaremos no próximo capítulo algumas correntes pedagógicas e qual delas é empregada na entidade.

### 3.2 - ALGUMAS TEORIAS PEDAGÓGICAS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar algumas correntes que conceituam a pedagogia, visando informar aquela que mais me identifico na minha prática como professora. Para pensarmos o tema pedagogia, pretendo aqui expor um contraponto entre a pedagogia tradicional e a histórico-crítica.

A pedagogia Tradicional é uma das concepções contemporâneas mais antigas, onde ensino predomina nas escolas até hoje. Esta pedagogia está atrelada a um ensino padronizado, que muitas vezes não permite a inovação e nem uma interação maior entre aluno e professor. Nesta concepção, de acordo com (Libanêo 1983) a escola surge como “salvadora” da ignorância, ou como um instrumento para “salvar” e resolver o problema da marginalidade. Esta corrente tradicional centraliza a escola no professor, que transmite seus conteúdos de forma gradativa aos alunos, sem se preocupar com problemas sociais ou outros que poderão surgir. Aos alunos cabem assimilar os conhecimentos transmitidos, sem questioná-los.

Nesta tendência segundo (LIBANÊO, 1985, p.75) “o papel da escola consiste na preparação moral e intelectual dos alunos, para assumir sua posição na sociedade”, seu

compromisso é com a cultura, pois os problemas sociais pertencem à sociedade.

Na corrente pedagógica Tradicional, o professor é autoridade máxima, por isso ele deve ter um nível de conhecimento razoável, já que é ele que deve passar para os alunos os conhecimentos históricos. O professor na maioria das vezes transmite a matéria de forma global, sem se preocupar com as individualidades que estão presentes nos espaços onde ocorre o aprendizado. Já os alunos limitam-se a escutar e memorizar, o que o professor passa, com pouca ou nenhuma participação. Este fator tende a levar o aluno que não consegue aprender, o levando a abandonar a escola, pois o professor só transmite a matéria e não se preocupa em ajudar os alunos a solucionar suas dúvidas.

A Pedagogia Tradicional que Libâneo nos traz, não respeita as individualidades dos alunos e que faz o ensino permanecer distante da realidade dos mesmos, já que o conhecimento absoluto vem dos professores, não valorizando desta forma, as experiências e os conhecimentos já adquiridos pelos alunos em seu meio. Sendo necessária a preocupação de que a educação parta do geral para o particular, tornando-a um processo dinâmico e dotado de significado aos alunos.

Para Demerval Saviani, em sua obra *Escola e Democracia*, a pedagogia tradicional que tem como objetivo organizar a escola e garantir a educação, transformando os estudantes em cidadãos que devem assimilar o acervo cultural transmitido pelo professor. Desta forma, educação e os personagens envolvidos no contexto são considerados como reprodutores das desigualdades sociais. Saviani afirma que,

Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. (SAVIANI, 2005, P 7)

O autor critica esta postura da pedagogia tradicional, que se preocupa apenas com a aquisição dos conteúdos, não levando em conta as questões sociais, promovendo a exclusão daqueles que não se adaptam a ela e reforçando as discriminações, preconceitos e desigualdades. Partindo desta crítica à pedagogia tradicional, Saviani defende uma pedagogia ativa, centralizada na troca de conhecimentos e na iniciativa dos alunos.

Paulo Freire em sua trajetória classifica a pedagogia tradicional como educação “bancária”, trazendo o seguinte conceito:

Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (...) Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. (FREIRE, 2011, p 23)

O autor diz que a “visão bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores, na medida em que não promove a conscientização do grupo, facilitando as suas práticas dominantes. Para o autor, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2011, p. 24).

Os autores citados concordam que a tendência tradicional ou bancária, como se refere Paulo Freire, compromete a transformação da sociedade, por não haver questionamentos e nem pensamentos críticos, os homens e mulheres apenas serão capazes de repetir o que lhe foi transmitido, desenvolvendo apenas a memória e a retenção de informações. O pensamento crítico e reflexivo fica em segundo plano, de forma que os alunos não perceberem todo processo alienatório e excludente presente na sociedade capitalista, reforçando ainda mais as desigualdades sociais, preconceitos e discriminações.

Em minha trajetória como professora procuro me orientar pelo modelo pedagógico crítico, trabalhando na proposta da construção do conhecimento, problematizando as situações reais que vivencio em sala de aula com meu grupo de alunos do Programa Jovem Aprendiz, experimentando com satisfação ora o lugar de ensinante, ora o lugar de aprendente. Reconheço-me em diversos autores que expressam o seu prazer pelo trabalho que realizam, especialmente na pedagogia.

Mario Sergio Cortella em comemoração aos seus quarenta anos de carreira como profissional docente, lançou o livro *Pensatas Pedagógicas, nós e a escola: agonias e alegrias*, onde faz um percurso de sua trilha profissional com quarenta reflexões sobre as questões da educação. Dentre todas as suas pensatas, “A Idade do Saber” traz a ideia de estarmos sempre em constante aprendizado.

Afinal, do nascimento ao fim da nossa existência individual, aprendemos (e ensinamos) sem parar; o que caracteriza um ser humano é a capacidade de inventar, criar, inovar e isso é o resultado de não nascermos já prontos e acabados. (CORTELLA, 2014, p 85)

Para o autor, é importante a criação de um espaço pedagógico, onde as pessoas possam se ensinarem e aprenderem ao mesmo tempo umas com as outras. “Nessas organizações devem imperar dois princípios: “quem sabe reparte” e “quem não sabe procura”. (CORTELLA, 2014, p 86).

Ainda em sua obra, o autor relembra princípios que já foram abordados anteriormente em A escola e o Conhecimento, onde afirma que tais princípios têm o objetivo de “fortalecer a impossibilidade de desistir” e também “reforçar o lugar da prática pedagógica honesta, leal e amorosa”. O autor elenca cinco princípios, porém colocarei como exemplo apenas o que me pareceu mais relevante.

1. Como o interior de uma relação afetiva, o saber impõe dedicação afetiva, confiança mútua e prazer compartilhado. No lugar dessa relação, o tamanho, o arranjo e a localização espacial não importam muito, desde que a partilha seja agradável e justa, cada um dos envolvidos nessa situação traz o que já tinha para trocar, só que a troca não deve levar a perdas. Por ser uma repartição de bens, todos devem esforçar-se para que cada um fique com tudo. (CORTELLA, 2014, p 31, 32)

O caminho percorrido descreve a ação pedagógica como construção do conhecimento de forma dialógica, reflexiva e crítica, buscando o desenvolvimento sujeitos (as), de modo integral, para que os mesmos tenham condições de participarem ativamente da sociedade e seus dilemas.

Orientada por esta proposta, inicio a descrição da pesquisa, que pretende investigar como os jovens que participam do Programa Jovem Aprendiz da Instituição Círculo dos Amigos do Menino Patrulheiro – CAMP Vila da Penha, percebem a ação pedagógica desenvolvida por esta entidade.

### 3.3 - OS ALUNOS E SUAS AVALIAÇÕES

Participaram desta pesquisa, 90 jovens aprendizes, alunos do CAMP Vila da Penha, inscritos no Programa de Aprendizagem desenvolvido pela instituição, distribuídos em três turmas. Todos os jovens estão trabalhando em empresas privadas parceiras do programa, nas áreas de Auxiliar de Escritório, Repositor de Mercadorias, Auxiliar de Produção e Logística. Com a finalidade de compreender como estes jovens percebem a ação pedagógica do programa, foi realizada a análise de um questionário, contendo questões fechadas e abertas, que possibilitassem a verificação do objetivo da pesquisa. E para a compreensão da origem desses jovens, analisamos o cadastro socioeconômico que é feito pela assistente social da instituição, no momento que cada jovem é encaminhado para a empresa como aprendiz.

Com base nos cadastros socioeconômicos, podemos verificar que:

- Os jovens estão na faixa etária de 16 a 22 anos, onde a maioria destes é residente da zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Porém existe um pequeno grupo, cerca de 9% dos jovens, que são de municípios da Baixada Fluminense.
- Grande parte do grupo, aproximadamente 89% é maior de idade
- Quanto ao gênero, o grupo apresenta maioria masculina, com 53% do sexo masculino e 47% do sexo feminino.
- Outro dado muito importante, é que todos os jovens possuem escolaridade acima do nível fundamental, ou seja, cursando o ensino médio, médio completo ou cursando o superior.
- Também foi possível identificar a renda familiar do grupo, que se estabelece entre 1 e 4 salários mínimos, sendo alguns destes, cerca de 15%, participantes do Programa de Distribuição de Renda praticado pelo governo Federal - Bolsa Família<sup>7</sup>.
- Vale à pena ressaltar que nenhum jovem cumpre medida socioeducativa<sup>8</sup> (para os menores de 18 anos) ou apresentam algum conflito com a Lei. Tais observações se fazem necessárias para que possamos conhecer quem são os sujeitos da pesquisa.

Orientada pelas informações recebidas através do questionário com questões fechadas e abertas, foi possível compreender a percepção dos jovens aprendizes do CAMP Vila da Penha, respondendo desta forma os questionamentos da pesquisa.

Para questão central da pesquisa, que se refere há como os alunos percebem a ação pedagógica desenvolvida pela instituição, em suas atividades práticas (trabalho nas empresas parceiras) entendemos que 93% afirmam que sim e 7% alegam que não. Justificando esta pergunta, tivemos como principais respostas:

- ✓ Sim: Pois discutimos possíveis problemas que possam vir acontecer e já aprendemos teoricamente como devemos agir na prática.
- ✓ Sim: Muitos dos conteúdos, como informática, relações pessoais entre outros, me ajudaram muito na empresa.

---

<sup>7</sup> Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do País

<sup>8</sup> Medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

- ✓ Sim: Ajuda a refletir sobre nossas atitudes, como agir no ambiente de trabalho de forma adequada, nos dando conforto e segurança.
- ✓ Não: Porque aprendo o conteúdo no trabalho antes de chegar na aula.
- ✓ Não: Todo aprendizado é válido, mas é chato quando não podemos pôr em prática o que aprendemos.
- ✓ Não: Porque nem tudo que está no currículo é relacionado ao trabalho.

Procuramos investigar também, se essa ação pedagógica é relevante para a vida pessoal desses jovens, concluindo que, 98% responderam que sim e 2% disseram que não. As principais respostas mostram que:

- ✓ Sim: Pois se no futuro eu precisar lutar pelos meus direitos, já terei uma base.
- ✓ Sim: Pois além de assuntos direcionados ao mundo do trabalho, falamos de assuntos relevantes da sociedade.
- ✓ Sim: Me faz falar melhor, conversar sem medo e descrever a opinião que penso.
- ✓ Sim: Agregam valores e geram um senso crítico necessários para ser um cidadão melhor e mais consciente.
- ✓ Não: Porque não os utilizo no dia a dia.
- ✓ Não: Porque algumas coisas não parecem ser do dia a dia.

Outra questão que a pesquisa procurou abordar está relacionada ao impacto que o trabalho provocou para os jovens. Nesse sentido, podemos verificar que 97% dos jovens consideraram este impacto positivo e 3% informaram não provocar nenhuma mudança em suas vidas. Deste modo podemos observar as respostas que representam a opinião da maioria:

- ✓ Sim: Muito alto. A influência na forma de lidar com as coisas, forma de pensar e avaliar o mundo a minha volta, além de crescimento pessoal devido aos novos conflitos enfrentados e às novas relações criadas.
- ✓ Sim: Muito grande, pois posso ajudar minha família e ocupar meu tempo.
- ✓ Sim: Me sinto mais responsável e comprometido, não só com a empresa e sim com a minha vida.
- ✓ Sim: Desenvolvimento profissional e crescimento pessoal.
- ✓ Sim: Uma experiência nova que nunca tive.
- ✓ Não: Nenhuma, não uso nada que faço no trabalho na minha vida.

Em relação a estarem satisfeitos com as empresas que estão trabalhando, 88% disseram que sim e 12% demonstraram que não, onde explicam que:

- ✓ Sim: Ela me dá oportunidade de estudar e trabalhar, além de ter mais conhecimento para levar para o meu dia a dia.
- ✓ Sim: Porque atende as minhas necessidades.
- ✓ Sim: Salário e benefícios ótimos, excelente área de trabalho e bons companheiros de trabalho.
- ✓ Não: Porque não valoriza o funcionário, não oferece oportunidades de crescer lá dentro.
- ✓ Não: Exigências além do que é proposto no contrato e falta de compreensão quando não sabemos fazer algo.
- ✓ Não: Porque não me identifiquei com as pessoas no meu meio de trabalho.

A pesquisa também procurou identificar o que os jovens mudariam no Programa Jovem Aprendiz, onde foi revelado através das principais respostas em ordem de relevância dizem que:

- ✓ Não mudariam nada, pois o programa funciona muito bem.
- ✓ Eu apostaria num treinamento, uma ou algo do tipo palestra do Ministério do Trabalho, para informar a empresa como é agir e tratar um jovem aprendiz.
- ✓ Aumentar o salário
- ✓ Maior tempo de contrato, mínimo de um ano.

A partir das informações obtidas com o questionário, foi possível compreender os objetivos da pesquisa, que buscavam identificar o olhar do jovem aprendiz, aluno do CAMP Vila da Penha, a respeito do programa em que se encontra inserido.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho procurou analisar o Programa Jovem Aprendiz uma política pública para juventude regulamentada pela Lei 10.097/2000. Também e não menos importante, procuramos compreender como os alunos jovens aprendizes avaliam a ação pedagógica desenvolvida pela instituição CAMP Vila da Penha, além de verificar que sugestões estes fariam para modificar o programa Jovem Aprendiz.

Para a abordagem dos conceitos apresentados neste trabalho, foi necessária uma pesquisa documental, onde documentos oficiais foram estudados com a finalidade de apresentar os temas Trabalho decente e Lei da Aprendizagem. Também foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, com autores conceituados no mundo acadêmico, que contribuíram para os conceitos de Políticas Públicas, Juventude e Ação Pedagógica. A coleta de dados ocorreu em dois momentos, no primeiro, com a perspectiva de conhecer os sujeitos da pesquisa, foram analisados os cadastros socioeconômicos realizados pelo serviço social da instituição. No segundo momento, aplicamos um questionário elaborado com questões abertas e fechadas, com a finalidade de responder as questões da pesquisa.

Deste modo, foi possível perceber de acordo com o cadastro socioeconômico da instituição, que dos 90 alunos investigados que a maioria é maior de idade, do sexo masculino, residentes da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, com renda familiar de 1 a 4 salários mínimos. Todos os alunos possuem escolaridade acima do nível fundamental completo. Já através do questionário elaborado para esta pesquisa, podemos identificar que a maioria entende como relevante a ação pedagógica do Programa Jovem Aprendiz desenvolvida pelo CAMP Vila da Penha, tanto no trabalho como aprendiz nas empresas parceiras, como na sua vida pessoal. A maioria também declarou que o impacto do trabalho em suas vidas foi positivo, que está satisfeita com a empresa que trabalha e que não mudariam nada no Programa Jovem Aprendi.

As informações obtidas na pesquisa demonstram que o Programa Jovem Aprendiz atende aos pressupostos do que é considerado pela OIT como Trabalho Decente. Também de acordo com a pesquisa, o programa satisfaz a maioria dos jovens investigados, nos aspectos pedagógicos e nas suas atividades práticas nas empresas, afirmando grande parte destes alunos que o programa não precisa de mudança.

Considero este trabalho relevante por colocar em evidência o olhar do aluno, visto que não há muitos trabalhos semelhantes publicados. Durante a pesquisa, outros questionamentos foram surgindo, indicando a necessidade de investigar a razão de uma maioria de alunos maiores de idade, assim como a escolaridade acima do nível fundamental,

visto que o programa tem como público alvo, adolescentes e jovens na faixa etária de 14 a 24 anos.

Finalizando este trabalho, ressalto que as questões que fomentaram a investigação foram respondidas, suscitando novos questionamentos que podem ser pesquisados num próximo momento. Mas, para além do resultado da pesquisa, considero que a experiência foi muito importante para minha prática pedagógica, pois pela primeira vez pude perceber efetivamente os resultados daquilo que faço com amor e prazer, procurando a partir de agora, realizar os ajustes necessários para o desenvolvimento eficaz da proposta do programa.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:**

AMABILE, Antônio, Dicionário de políticas públicas / Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Barbacena: Ed UEMG, 2012.

BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121

BRASIL, 2013

BRASIL, 2014

BRASIL, Lei da Aprendizagem. Lei no 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Brasília/DF, 2000. Decreto no 5.598/2005. Brasília: Diário oficial da União, 2005

CONAP, 2017, Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem

CORTELLA, Mario Sergio, Pensatas Pedagógicas: Nós e a Escola - Agonias e Alegrias Ed Vozes, 2014,

COSTA, Marco e COSTA, Maria, Projeto de Pesquisa - Entenda e Faça, Petrópolis RJ, Ed:Vozes, 2012

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FONSECA, Francisco, Cad. EBAPE.BR, v. 11, n. 3, artigo 5, Rio de Janeiro, Set./Nov. 2013

FREIRE, Paulo, Pedagogia do Oprimido, 50<sup>a</sup>. ed. São Pulo, Paz e Terra,. 2011.

IPEA, 2017

LIBÂNEO, J. C. 1983. Tendências Pedagógicas na prática escolar. Revista da Associação Nacional de Educação – ANDE

LIBÂNEO, José C.; Democratização da Escola Publica a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos. São Paulo, Loiola, 15<sup>a</sup> edição, 1985.

MTE, 2014, Manual da Aprendizagem

OIT, 2017

ONU, 2017

PAIS, J.M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos"- *Análise Social*, vol. XXV( 105-106), 1990

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. 2ª Ed. Lisboa: INCM, 2003.

PAIS, J. M. Buscas de si: expressividade e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Org.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. 34. ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2001. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5).

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia historicocrítica: primeiras aproximações*. 9.ed. Campinas, Autores Associados, 2005.

**ANEXOS**

## CADASTRO SOCIOECONÔMICO DO APRENDIZ

### 1-DADOS PESSOAIS:

Aprendiz: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Tels.: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro/Cidade/Estado: \_\_\_\_\_ Cep.: \_\_\_\_\_

Possui CNH: (Sim) (Não) A B C D – Nº \_\_\_\_\_

### 2-APRENDIZAGEM PRÁTICA - Empresa:

Vigência Contrato \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Local onde o aprendiz exercerá a atividades:  Matriz  Filial  Outro \_\_\_\_\_

Função que está sendo capacitado: \_\_\_\_\_

CBO nº: \_\_\_\_\_ Salário Mensal: \_\_\_\_\_

Outros Benefícios: \_\_\_\_\_

Orientador do Aprendiz na empresa: \_\_\_\_\_ Cargo \_\_\_\_\_

### 3-APRENDIZAGEM TEÓRICA - CAMP: \*Ministério do Trabalho e Emprego – cadastro do aprendiz

Nº e nome do Curso no MTE\*: \_\_\_\_\_

Nº e nome da turma no MTE\*: \_\_\_\_\_

### 4-ORGANIZAÇÃO DO CURSO: Nº de Meses: \_\_\_\_\_

**4.1- Início do curso: 80 horas iniciais** em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, das \_\_\_\_:\_\_\_\_h às \_\_\_\_h:\_\_\_\_h;

Dias da semana:  2ª  3ª  4ª  5ª  6ª  Sábado

**4.2- Carga horária diária Prática:**  4h  6h - Das: \_\_\_\_:\_\_\_\_h às \_\_\_\_:\_\_\_\_h.

Dias da semana  2ª  3ª  4ª  5ª  6ª  Sábado

**4.3- Carga horária diária Teórica:**  4h  6h - Das: \_\_\_\_:\_\_\_\_h às \_\_\_\_:\_\_\_\_h.

Dia(s) da semana  2ª  3ª  4ª  5ª  6ª  Sábado

### 5-DESLIGAMENTO DO PROGRAMA: (Ao desligar justificar o motivo e rubricar em Obs.)

Data de Saída: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Status:  Efetivado  Concluído  Rescindido\*

\*Justificativa:  Idade Limite (24 anos)  Efetivado  A pedido do aprendiz  Serviço Militar  Outra oportunidade  Inadaptação do aprendiz  Falta disciplinar grave  Ausência à escola  Baixo desempenho  Falência da empresas

Obs.: \_\_\_\_\_

### 6- ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

6.1- Mora com a mãe ou outro responsável? ( ) Sim ( ) Não

6.2- Qual a escolaridade da mãe ou do principal responsável? \_\_\_\_\_

6.3- É o principal responsável pelo sustento da família? ( ) Sim ( ) Não

6.4- Renda própria mensal: \_\_\_\_\_;

6.5- Renda familiar mensal: \_\_\_\_\_;

6.6- Alguém da família recebe algum benefício do governo? Qual? \_\_\_\_\_

Se recebe, quem é o responsável pelo cartão? \_\_\_\_\_

6.7- Está cumprindo medida socioeducativa (liberdade/Semi-Liberdade)? ( ) Sim ( ) Não

6.8- Já esteve em conflito com a lei ou cumpriu medida socioeducativa? ( ) Sim ( ) Não

6.9- Quantas pessoas moram no mesmo domicílio? \_\_\_\_\_ Quem são?

<b>Grau de Parentesco</b>	<b>Idade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Grau de Parentesco</b>	<b>Idade</b>	<b>Ocupação</b>
1-			6-		
2-			7-		
3-			8-		
4-			9-		
5			10		

6.10- Pretensão profissional - Ocupação pretendida: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Outras considerações/acompanhamento do usuário:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ **Técnico responsável:** \_\_\_\_\_

## Questionário de Pesquisa

### I. Perfil:

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo (M) (F) Bairro de moradia \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_ Aprendiz de \_\_\_\_\_ Período \_\_\_\_\_ meses

### II. Sobre suas atividades de trabalho:

1 - Você está satisfeito com sua empresa?

Sim ( ) Não ( )

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2-Você está satisfeito com a atividade que realiza na empresa?

Sim ( ) Não ( )

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### III. Sobre o Programa jovem Aprendiz:

1- Como conheceu o Programa?

Parentes ( ) Amigos ( ) Site ( ) Empresa ( )

2-Os conteúdos que estão no currículo do curso são relevantes para o seu trabalho?

Sim ( ) Não ( )

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3- Os conteúdos que estão no currículo do curso são relevantes para a sua vida?

Sim ( ) Não ( )

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4-Como você avalia a forma (didática) que os conteúdos são abordados no curso?

Bom ( ) Satisfatório ( ) Ruim ( )

5-Como você avalia o trabalho da equipe do curso?

Bom ( ) Satisfatório ( ) Ruim ( )

6- Qual é o impacto da atividade prática (trabalho) na sua vida?

---

---

---

7- A atividade teórica interfere na sua atividade prática? Por que?

---

---

---

8- O que você mudaria no programa Jovem Aprendiz?

---

---

---

---